



PROJETO DE LEI № 276, 28 20

DE Spinl

DE 2017.

APROVADO PRELIMINADAMENTE A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE À COMISSÃO DE CONCT., JUSTO E REDAÇÃO EMILION DE CONCT., JUSTO EMILION DE CONCT., JUSTO EMILION DE CONCT., JUSTO EN SOCIETARIO

sobre Dispõe 0 controle da comercialização da cola de sapateiro outros produtos е derivados do benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio e éter e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISIATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art.** 1º Fica estabelecido controle da comercialização da cola de sapateiro e outros produtos derivados do benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio e éter no âmbito do Estado de Goiás.
- Art. 2º É vedada a venda, a cessão e a doação aos menores de 18 anos da cola de sapateiro, do antirrespingo para solda sem silicone, do solvente de tinta, dos solventes benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio, éter e benzina, dos derivados dessas substâncias e dos produtos tóxicos que contenham qualquer uma dessas substâncias.
- §1º A proibição estabelecida neste artigo compreende os estabelecimentos que comercializam ou usam as referidas substâncias, seja como matéria prima de sua atividade fim, seja como produto de limpeza ou manutenção de seu estabelecimento e, também, qualquer pessoa natural que tenha sob sua guarda os produtos referidos no caput.
- §2º Os estabelecimentos definidos no §1º devem afixar aviso da proibição de venda, cessão e doação aos menores de 18 (dezoito) anos das substâncias especificadas no caput, em tamanho e em local de ampla





visibilidade, com expressa referência a esta Lei e ao artigo 243 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º - O descumprimento das disposições desta Lei sujeita o infrator às penalidades previstas nas Leis Federais nº 8.069, de 1990 e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Parágrafo único – O estabelecido no artigo 1º sujeita o infrator, sem prejuízo das sanções previstas na legislação relacionada no caput, às seguintes penalidades:

- I Multa no valor de R\$ 1.500,00;
- II Em caso de reincidência, multa no valor de R\$ 5.000,00;
- III interdição.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES EM,

DE

DE 2017.

GUSTAVO SEBBA





JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei estabelece controle da comercialização da cola de sapateiro e outros produtos derivados do benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio e éter no âmbito do Estado de Goiás.

As substâncias alvo desse Projeto de Lei necessitam de proibição na venda, oferta, fornecimento e entrega para os menores de dezoito anos. Partindo do princípio de que o combate ao uso de substâncias entorpecentes pode surtir melhores resultados, quando se trata a questão sob a ótica da prevenção, defende-se a implantação de medidas preventivas como estratégia no combate ao uso e abuso dessas substâncias entorpecentes e como fator preponderante para diminuição da violência gerada pelo tráfico.

Para evitar a compra indiscriminada dessas substâncias o controle da venda é uma forma de reduzir ou impedir o uso das mesmas por aqueles que o fazem para se drogar, ou para fazer com que menores de droguem e tornem-se dependentes.

Por todo o exposto, e por considerar de extrema importância, contamos com o apoio dos nobres colegas desta Casa para sua aprovação.

GUSTAVO SEBBA





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DE GOIÁS

O PODER DA CIDADANIA

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 2017002291

Data Autuação: 20/06/2017

Projeto:

Origem:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO

Autor:

DEP. GUSTAVO SEBBA

Tipo:

PROJETO LEI ORDINÁRIA

Subtipo:

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DA COMERCIALIZAÇÃO DA COLA DE SAPATEIRO E OUTROS PRODUTOS DERIVADOS DO BENZENO, TOLUENO, XILENO, CLOROFÓRMIO E ÉTER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





PROJETO DE LEI Nº 276, 28 30

DE Spinle

DE 2017.

APROVADO PRELIMINA PARENTA A PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTA À COMISSÃO DE CONST., JUSTIN E REPROÃO

cretario

Dispõe sobre o controle da comercialização da cola de sapateiro e outros produtos derivados do benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio e éter e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISIATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art.** 1º Fica estabelecido controle da comercialização da cola de sapateiro e outros produtos derivados do benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio e éter no âmbito do Estado de Goiás.
- Art. 2º É vedada a venda, a cessão e a doação aos menores de 18 anos da cola de sapateiro, do antirrespingo para solda sem silicone, do solvente de tinta, dos solventes benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio, éter e benzina, dos derivados dessas substâncias e dos produtos tóxicos que contenham qualquer uma dessas substâncias.
- §1º A proibição estabelecida neste artigo compreende os estabelecimentos que comercializam ou usam as referidas substâncias, seja como matéria prima de sua atividade fim, seja como produto de limpeza ou manutenção de seu estabelecimento e, também, qualquer pessoa natural que tenha sob sua guarda os produtos referidos no caput.
- §2º Os estabelecimentos definidos no §1º devem afixar aviso da proibição de venda, cessão e doação aos menores de 18 (dezoito) anos das substâncias especificadas no caput, em tamanho e em local de ampla







visibilidade, com expressa referência a esta Lei e ao artigo 243 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º - O descumprimento das disposições desta Lei sujeita o infrator às penalidades previstas nas Leis Federais nº 8.069, de 1990 e nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Parágrafo único – O estabelecido no artigo 1º sujeita o infrator, sem prejuízo das sanções previstas na legislação relacionada no caput, às seguintes penalidades:

I – Multa no valor de R\$ 1.500,00;

II – Em caso de reincidência, multa no valor de R\$ 5.000,00;

III – interdição.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES EM,

DE

DE 2017.

GUSTAVO SEBBA







JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei estabelece controle da comercialização da cola de sapateiro e outros produtos derivados do benzeno, tolueno, xileno, clorofórmio e éter no âmbito do Estado de Goiás.

As substâncias alvo desse Projeto de Lei necessitam de proibição na venda, oferta, fornecimento e entrega para os menores de dezoito anos. Partindo do princípio de que o combate ao uso de substâncias entorpecentes pode surtir melhores resultados, quando se trata a questão sob a ótica da prevenção, defende-se a implantação de medidas preventivas como estratégia no combate ao uso e abuso dessas substâncias entorpecentes e como fator preponderante para diminuição da violência gerada pelo tráfico.

Para evitar a compra indiscriminada dessas substâncias o controle da venda é uma forma de reduzir ou impedir o uso das mesmas por aqueles que o fazem para se drogar, ou para fazer com que menores de droguem e tornem-se dependentes.

Por todo o exposto, e por considerar de extrema importância, contamos com o apoio dos nobres colegas desta Casa para sua aprovação.

GUSTAVO SEBBA